

Título: Custos dos cortes de geração renovável chegou a R\$ 6,5 bilhões até outubro de 2025

Veículo: Broadcast Energia

Data: 05/01/2026

ACENDE: CUSTO DOS CORTES DE GERAÇÃO RENOVÁVEL CHEGOU A R\$ 6,5 BILHÕES ATÉ OUTUBRO DE 2025

15:38 05/01/2026 ✓



Por Ludmylla Rocha

São Paulo, 05/01/2026 - Os custos dos cortes de geração renovável por razões sistêmicas, conhecidos pelo jargão *curtailment*, somaram R\$ 6,5 bilhões de outubro de 2021 até igual mês de 2025, segundo levantamento inédito do Instituto Acende.

O montante contabiliza quanto as usinas eólicas e fotovoltaicas deveriam comprar de energia não gerada no Mercado de Curto Prazo (MCP) ao Preço de Liquidação de Diferenças, considerando-se o valor médio.

Do total calculado, a maior parte (R\$ 3,6 bilhões) se deu por questões de confiabilidade elétrica, ou seja, para preservar a estabilidade e segurança do sistema. Em seguida, vêm o impacto por razão energética (R\$ 2,1 bilhões), e por último, estão os cortes por indisponibilidade elétrica (R\$ 0,8 bilhão), que se dá devido a restrições nas linhas de transmissão, que impedem o escoamento de energia.

As informações levam em conta dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que, em última instância, é quem decide pelo corte no caso da geração centralizada já que é o responsável pela operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O estudo lembra que a Lei 15.269/2025, de modernização do marco regulatório do setor elétrico, reconhece a possibilidade do ressarcimento do *curtailment* por indisponibilidade externa e por confiabilidade, mas manteve a indisponibilidade elétrica como risco do gerador.

No documento, o Instituto Acende lembra que a ocorrência dos cortes, segundo o próprio ONS, está associada à penetração de fontes intermitentes centralizadas (eólica e solar fotovoltaica) e da micro e minigeração distribuída (MMGD), que vêm tornando escassos os recursos com flexibilidade operativa, ou seja, que podem ser deslocados no tempo para fazer frente à demanda.

Medidas possíveis

Neste contexto, a instituição propõe que seja mantido "o racional do planejamento energético e evitar reservas de mercado e subsídios cruzados criados por intervenções legislativas sem racional técnico", em referência aos chamados "jabutis", que têm prejudicado o planejamento do País, em sua análise.

O Acende propõe ainda que a MMGD seja incluída no *curtailment* já que, hoje, o fenômeno não atinge todas as fontes intermitentes de forma isonômica. Ajustes de precificação e a introdução de um sistema de dupla compensação também são propostos para fazer frente aos desafios impostos por esta realidade ao setor elétrico nacional.